



Sarney, Roseane e Sarney Filho no Congresso: processo no TSE

54

Tribunais também voltam e TSE reexamina Sarney

Com o fim do recesso judiciário, ontem, os tribunais superiores (TSE, STF, STJ e TST) voltam a ter sessões normais a partir de hoje, com uma agenda cheia, com casos complicados que ficaram pendentes no segundo semestre do ano passado. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por exemplo, vai julgar a partir de hoje um pedido de cassação do mandato do senador José Sarney (PMDB-AP), feito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), para quem o ex-presidente não fez em tempo a transferência do seu domicílio eleitoral, do Maranhão para o Amapá. Não se acredita no êxito do recurso.

O TSE vai julgar, ainda, um pedido de cassação do registro do Partido Social Cristão (PSC), feito pelo Partido Social Trabalhista (PST), que acusa o partido do governador eleito de Alagoas, Geraldo Bulhões, de não ter apresentado toda a documentação, exigida pela Justiça Eleitoral, ao TSE. O processo está na Procuradoria Geral Eleitoral, para parecer o que deverá ocorrer na próxima semana.

Os ministros do TSE também vão decidir, em plenário, um pedido da Abert (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão) para escalonar a hora dos partidos políticos nas emissoras em duas meias horas. O ministro Sydney Sanches, presidente do TSE, já enviou telex às corporações, informando das pretensões da Abert. Ele acha que só poderá atender a entidade se os partidos concordarem em fazer seus programas

de uma hora divididos em duas meias horas.

Na Secretaria Geral do TSE consta uma série de mandados de segurança contra deputados (estaduais e federais) que se elegeram no ano passado. Pesa sobre eles acusação de irregularidades eleitorais e abuso do poder econômico, segundo recursos dos recorrentes. Estes recursos só serão julgados depois que os pontos polêmicos forem definidos no TSE.

No Tribunal Superior do Trabalho constam vários recursos e pedidos de audiência de conciliação, feitos pelas mais diversas categorias de trabalhadores. Os aerooviários, por exemplo, depois de várias audiências presididas pelo ministro Marcelo Pimentel, não chegaram a um acordo com os empresários do setor e seu recurso vai ser julgado pelo pleno do TST. Eles exigem um reajuste de 180 por cento.

Os salários dos funcionários da Itaipu Binacional também vão ser decididos pelos ministros do TST. Eles, na audiência de conciliação, fizeram acordo em parte e o restante das reivindicações vai para julgamento. O mesmo acontece com os trabalhadores da Eletrobrás, que exigem reajuste de 190 por cento, retroativo a novembro do ano passado e readmissão de vários trabalhadores demitidos.

Já no Supremo Tribunal Federal (STF) estão as arguições de constitucionalidades feitas pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, às medidas provisórias do Governo.